

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUPLAN, realizada em 30 de setembro de 2010, na sede do CERESTA, com os membros abaixo assinados para tratar da seguinte pauta: 1. LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA – regularização e diretrizes; 2. DISCUSSÃO SOBRE REALIZAÇÃO DE NOVAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS; 3. APONTAMENTO DE PRIORIDADES PARA GASTO DE RECURSOS DAS DOAÇÕES. A reunião foi iniciada com a discussão da primeira pauta: Houve explanação ao COMUPLAN, das condições de cumprimento de infraestrutura do Loteamento, reunião junto ao Poder Judiciário e Ministério Público e propostas do Poder Público Municipal para regularização. Informou ainda sobre o levantamento feito pelo INPE, que demarcou áreas de topo de morro localizadas junto ao Loteamento, já aprovado pelo GRAPROHAB. Foi explanada, ainda, a possibilidade de se haver transformação do bairro em ZEIS, situação em que haveria a sua regularização, com outras contrapartidas ambientais em outras áreas; A Sabesp se manifestou esclarecendo que já foi finalizado o projeto de rede e tratamento de esgoto para o Bairro, todavia referido finalização do projeto depende de aprovação do DER, tendo em vista a travessia em Rodovia Estadual; O Prof. Xaides se manifestou pela proposta de acordo entre Loteador, Prefeitura para regularização da infraestrutura, com troca de novas áreas previstas no plano Diretor. Ficou deliberado pelo COMUPLAN, para oficializar à CETESB, para delimitação oficial do topo de morro do Bairro Santa Terezinha. Foi convidada a participar da reunião a Sra. Ana Beatriz Ayrosa, Superintendente do IPHAN SP que esclareceu sobre a atuação do tombamento pelo IPHAN, que trata da proteção de todas as cumieiras de morro, que poderão impactar na paisagem urbana, alertando, ainda, sobre a preocupação dos cortes nos morros, do entorno do Centro Histórico. A Sra. Beatriz ainda informou que projeto da nova escola foi levado à manifestação do IPHAN que pediu a sua substituição projeto para melhora adequação a paisagem. Os membros ainda debateram sobre os projetos de intervenção no Rio Paraitinga, sendo tratado por todos como problema grave que ainda não está sendo priorizado. Passou-se a segunda pauta.....

2. REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: Houve explanação quanto a necessidade de início de novas audiências públicas para levar informação a população sobre as ações da Prefeitura, a fim de garantir participação de todos no processo da reconstrução. Esclareceu-se sobre vários temas para elaboração das audiências públicas e definiu-se que serão realizadas a partir da organização territorial, intercalando as audiências na zona rural e na zona urbana, a cada 15 dias, levando-se em consideração a divisão por bairros que fizeram parte da discussão do plano diretor. Foi esclarecido que o IPT apresentará o laudo do PATEM, na próxima semana e que se colocou a disposição para explanação à comunidade, ocasião em que foi requerido para que o trabalho seja apresentado ao COMUPLAN. Temas que foram sugeridos para audiências: 1. Definição dos moradores do novo CDHU; 2. Reconstrução das Igrejas; 3. Explanação do IPT do diagnóstico das áreas de risco; 4. Projetos encaminhados ao Ministério das cidades, para o Alto do Cruzeiro; 5. Esclarecimento sobre as obras de desmonte na Via de Acesso João Roman e Várzea dos Passarinhos; 5. Audiência Pública com o DAEE; 6. Retomada da atividade do Turismo; 7. Defesa Civil do Estado – sistema de alerta e educação em defesa civil; 8. Ações dos Governos Federal e Estadual para reconstrução do patrimônio histórico privado. Nesta ocasião a Superintendente do IPHAN declarou sobre a necessidade de apoio técnico aos proprietários, informando, ainda, sobre proposta de trabalho conjunto entre técnicos do IPHAN e do CONDEPHAAT e da PREFEITURA. A Superintendente do IPHAN ainda

informou sobre trabalho de comunicação positiva de São Luís na mídia; Informou ainda sobre o projeto da Casa Oswaldo Cruz, que está sendo realizado com IPHAN, PREFEITURA, FIOCRUZ, INSTITUTO ELPÍDIO DOS SANTOS; Foi relatado ainda que funcionários que estão fazendo o telhado não estão usando equipamentos de segurança; 9. Preservação dos espaços urbanos; 10. Obras da Rua do Carvalho. Após discussão, ficou definido pelos membros do COMUPLAN que a audiência com os novos moradores do CDHU é um tema prioritário. Foi priorizada, também, a orientação em educação em defesa civil para toda a população, política pública que se entende emergencial, razão pela qual houve solicitação de ofício à Prefeitura pedindo curso e orientação. Finalmente, pediu-se a organização de defesa civil, com novos membros, grupo do rafting, sendo oferecida a participação do IPHAN, para os trabalhos. Foi explanado pelo Sr. Carlos Luzia Rodrigues sobre a nova organização da defesa civil local, com representantes de vários bairros, tema que será objeto de reunião que será agendada oportunamente. Todos os membros do COMUPLAN foram informados sobre a contratação de empresa especializada em comunicação institucional para turismo, pelo prazo de 04 meses. A primeira audiência pública ficou marcada para ser realizada o dia 10 de setembro de 2010. 10) Discussão do Plano Municipal de Habitação.

3. DISCUSSÃO DOS VALORES DAS DOAÇÕES: Foi explanado aos membros do COMUPLAN sobre a posição do Planejamento da Prefeitura em desapropriar nova área, com o recurso das doações, para desocupar novas áreas de APP e de riscos de deslizamento, tendo em vista a necessidade de cumprir Plano de Desocupação de todas as áreas de APP. Após explanação da priorização para gasto dos recursos, o Setor Social se manifestou favorável, tendo em vista o déficit social e problemas que o Setor sente ao trabalhar com a comunidade; Manifestou-se, ainda, favorável o Setor de Defesa Civil, a fim de atender demandas de outras áreas de risco; Manifestou, ainda, o Professor Xaides, falando da possibilidade de fazermos consórcio imobiliário com proprietários de terra, para compor a demanda social por moradia de interesse social. Manifestou-se o Conselheiro Nilson quanto à necessidade de atender a demanda das pessoas hoje, que esperam por móveis, por exemplo, entende que o recurso poderia ser dividido com a demanda por aquisição de áreas e com a doação de móveis à comunidade; Manifestou-se o Conselheiro João Paulo Vilani, ressaltando que o plano diretor escolheu como Zona de Expansão Urbana a área que se pretende desapropriar como especial para a expansão urbana; Em seguida, foi explanado pelo Prof. Xaides sobre a necessidade de notificação aos proprietários das áreas estabelecidas como de parcelamento compulsório para tomar sua posição com relação ao futuro de sua terra. Falou o Sr. Carlos Luzia Rodrigues sobre a necessidade de estruturação da defesa civil com os recursos da doação. A Conselheira Roxane sugeriu que se busque linhas de financiamento para compra de móveis, mas que seja priorizada a compra de terrenos para pessoas que não tem ainda sua moradia. O Professor Xaides entende que tem ações que são estratégicas, portanto o momento é importante para criar uma ação estratégica com uso dos recursos. O Conselheiro Jayme manifestou dizendo que a divisão do dinheiro, por mais que se criem critérios, não promoverá justiça, entende que o valor da doação poderá ser gasto para atender a compra do imóvel, bem como para atender as prioridades da defesa civil, para que o benefício seja estendido ao maior número de pessoas, atingidas direta e indiretamente pela catástrofe. Manifestou, o Vereador André Luis Bilard, pela aquisição de área localizada na Várzea dos Passarinhos (propriedade do Sr. Nicolau), área que poderia manter os moradores da Várzea, no mesmo bairro de sua origem; Os vereadores presentes, membros do COMUPLAN, manifestaram favorável ao destino do

dinheiro das doações, para aquisição de área para novos empreendimentos de interesse social. Após debates, foi realizada votação, definindo o COMUPLAN, pelas seguintes prioridades: 1) AQUISIÇÃO DE NOVA ÁREA; 2) ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES EM DEFESA E ORIENTAÇÃO CIVIL – POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA PLANO MUNICIPAL EM DEFESA CIVIL.....
.....